

ARTES E OFÍCIOS DE UM “PROVINCIANO INCURÁVEL”

Margarida de Souza Neves *

Resumo

O artigo tem por objetivo destacar a produção historiográfica de Luis da Câmara Cascudo, considerando a faceta de historiador desse intelectual norte-riograndense, mais conhecido como folclorista e etnógrafo. Busca caracterizar sua produção propriamente histórica em cinco grandes grupos de escritos: aqueles voltados para a história local, principalmente a história do Rio Grande do Norte e da cidade de Natal; aqueles constituídos por estudos mais gerais sobre a história do Brasil; as biografias exemplares que escreveu; seus textos memorialísticos e, por fim, aqueles que, considerados pelo autor como escritos etnográficos, não deixam de fazer uma história das coisas miúdas, tais como a rede de dormir, a jangada, a alimentação brasileira e os gestos cotidianos. A análise é feita com uma dupla referência: por um lado, a relação desses textos com diferentes concepções de História e, por outro, sua função de construção de memória.

Palavras-chave

Câmara Cascudo; historiografia; memória; biografia; pensamento social brasileiro; intelectuais.

Abstract

The purpose of this article is to present the historiographic production of Luis da Câmara Cascudo, taking into account the historian facet of this intellectual born in the state of Rio Grande do Norte, mainly known as a folklorist and ethnographer. It aims to subdivide his historical production into five groups of writings: those concerning local history, mainly the history of Rio Grande do Norte and of the city of Natal; those constituted by more general writings on the history of Brazil; the exemplary biographies that he wrote; his memoirs; and finally, those considered by the writer as ethnographic writings, which tell the history of small things, such as the hammock, the raft, Brazilian food and daily gestures. The analysis is carried out with a double reference: one is the relation of these texts to different conceptions of History; and the other is their function of memory construction.

Key-words

Câmara Cascudo; historiography; memory; biography; Brazilian social thought; intellectuals.

Luis da Câmara Cascudo foi homem de muitos ofícios. Estudante de medicina que, em razão de problemas financeiros familiares, abandonou o curso que desejava concluir, não para clinicar, mas para ter seu próprio laboratório de pesquisa, foi plural em suas atividades. As biografias que sobre ele foram escritas aludem, invariavelmente, a suas muitas facetas de jornalista, poeta bissexto, professor, advogado, crítico literário, memorialista, biógrafo, musicólogo e, também, historiador, ainda que seja mais conhecido na história cultural brasileira como folclorista e etnógrafo.

Muitas foram também suas artes, tanto por manejar com maestria as ferramentas de artefato da pesquisa, quanto pela extraordinária capacidade criadora expressa nos muitos livros que publicou em vida, quanto, ainda, por ser *arteiro* assumido, boêmio, grande bebedor, fumador de muitos charutos e assíduo freqüentador das noites da Ribeira.

Múltiplo e polígrafo, exibia como título de glória e marca de identidade o que dele dissera um dia Afrânio Peixoto: ser um *provinciano incurável*, de tal forma arraigado nas dunas de sua cidade, Natal, que jamais cedeu ao canto de sereias que o instavam a trocar as margens do Potengi pelos grandes centros onde o poder se exercia, em plano nacional, na política e na cultura. Assina muitas de suas cartas como Luis Natal e, numa delas, confidencia a Edison Carneiro que pretende “morrer fessô de província”.¹

Folclorista da primeira hora, já em 1925 declarava, em carta a Mário de Andrade, que “Desde 22 lia e reunia notas, viajava e observava”² em busca das tradições populares. Fundador da Sociedade Brasileira de Folclore, em 1941, fez de Natal a sede de uma Sociedade Nacional para Estudos de Folclore, antes mesmo que Renato Almeida desse início ao trabalho da Comissão Nacional de Folclore, em 1947,³ por orientação do governo federal, que pretendia com isso seguir as diretrizes da Unesco no pós-guerra. Autor do monumental *Dicionário do Folclore Brasileiro*,⁴ de estudos etnográficos inovadores, tais como *Rede de dormir*,⁵ *Geografia dos mitos brasileiros*⁶ e *Tradição, ciência do povo*,⁷ entre tantos outros, Câmara Cascudo ocupa um lugar de destaque no cenário nacional dos estudos etnográficos e folclóricos e obteve reconhecimento internacional nesse campo de conhecimento.

Sem dúvida, é como estudioso da cultura e das tradições populares que Cascudo merece ser lido. Mas é curioso observar a recorrência com que é identificado, sobretudo no Rio Grande do Norte, como *o historiador* Luis da Câmara Cascudo.

Que significados poderia ter a recorrente associação do folclorista de Natal com a História? Por que estranhas razões é tão constantemente referido como *historiador*?

A lição de Robert Darnton sobre as revelações que estão escondidas no que nos parece inexplicável quando enfrentamos nosso material de pesquisa não deve ser esquecida. Para o autor de *O grande massacre dos gatos*, o que chama de “áreas de opacidade e silêncio” são epifanias em potencial, porque

Quando não conseguimos entender um *provérbio*, uma *piada*, um *ritual* ou um *poema*, temos a certeza de que encontramos algo. Analisando o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significados estranho. O fio pode até conduzir a uma pitoresca e maravilhosa visão de mundo.⁸

Mais recentemente, Carlo Ginzburg retoma e aprofunda a reflexão sobre a função heurística do estranhamento para o historiador ao lembrar, em artigo de grande erudição, que

Para *ver* as coisas devemos, primeiramente, olhá-las como se não tivessem nenhum sentido: como se fossem uma *adivinha*. (...) Compreender menos, ser ingênuos, espantar-se, são reações que podem nos levar a enxergar mais, a apreender algo mais profundo.⁹

Câmara Cascudo recolheu com esmero provérbios populares e adivinhações. Em sua fase de entusiasmo modernista, escreveu alguns belos poemas. Suas piadas eram famosas nas noites natalenses. E estudou como poucos os rituais do povo. No entanto, a reiterada associação de sua identidade intelectual às artes da história desafia seus intérpretes como um enigma, e não basta a constatação elementar de que escreveu sobre a história do Rio Grande do Norte e do Brasil e é autor de não poucas biografias exemplares de figuras históricas para entender os significados possíveis do apelativo de *historiador* a ele atribuído. Decifrar esse enigma pode fornecer alguns indícios significativos para, por um lado, verificar qual a particular conjugação entre História e projeto intelectual em sua obra e, por outro, discutir o lugar, plural e controverso, do folclorista potiguar na historiografia brasileira e na história da cultura no Brasil.

Para o pesquisador desavisado, o universo cascudiano revela-se, a cada passo com mais clareza, como um labirinto fascinante no qual é muito fácil perder-se, uma vez que a escala ciclópica de sua obra e o interdito que pesa sobre sua atuação como líder integralista e que se traduz num silêncio eloqüente em suas biografias sobre os anos 30 e no mistério que ronda sua vasta correspondência passiva, ainda fechada para a pesquisa, sublinham a pluralidade como marca de seu perfil intelectual, distante dos padrões acadêmicos estritos e claramente definidos, perfil esse que combina os traços de erudição de antiquário, autodidatismo, ecletismo teórico-metodológico com uma personalidade galvanizadora, uma extraordinária capacidade de interlocução intelectual,¹⁰ e uma desconcertante habilidade para combinar em si facetas aparentemente antagônicas.¹¹

Conscientes do labirinto constituído pela obra de Cascudo e sabendo seus meandros já percorridos por muitos de seus intérpretes que seguiram o fio de Ariadne da etnografia e do folclore, pretendemos, aqui, iniciar um novo percurso, desta vez guiados por Clio, musa poliglota e que, por dever de ofício, habituou-se a desvendar linguagens as mais distintas.

Luís da Câmara Cascudo foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Até aí, nada de especial. Era quase de esperar que esse escritor prolífico fizesse, como tantos outros, do vetusto Instituto uma das cidadelas letradas a partir da qual tecia sua extensa e intrincada rede de relações intelectuais, até porque, monarquista discreto e representante do pensamento conservador na província, efetivamente escrevia livros e artigos de caráter histórico e ensinava história em Natal. Era natural, portanto, que buscasse a companhia de seus pares no Instituto Histórico.

Mais curioso é que, não contente em pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi sócio correspondente desde 1934, e ser sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a mais antiga instituição cultural do Estado, fundada em 1902, e que divide com o Palácio do Governo e a Catedral Velha a face mais nobre da praça principal do centro histórico de Natal, Cascudo se associou a todos os institutos históricos existentes nos estados da federação!

Não devem ser muitos os historiadores brasileiros que buscaram essa onipresença nos institutos históricos estaduais. O dado não deve ser desprezado. Seus biógrafos parecem atribuir importância a esse aspecto de sua presença intelectual. Enélio Lima Petrovich assinala que Cascudo “pertenceu a todos os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil”¹² no folheto que o Instituto Histórico do Rio Grande do Norte distribuiu em Natal no dia do terceiro aniversário da morte do escritor. Diógenes Cunha Lima, em anexo à biografia re-editada no ano do centenário do nascimento do folclorista de Natal, lista as “Associações brasileiras e estrangeiras a que Câmara Cascudo pertenceu” e encabeça um longo elenco que inclui a American Folklore Society, a International Society for Folk Narrative Research de Gottingen, a Academia das Ciências de Lisboa e a Asociación Española de Etnología y Folklore de Madrid com a referência aos institutos históricos brasileiros: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Institutos Históricos dos estados.¹³

E, na publicação em separata de um artigo de Cascudo, localizado também no ano do centenário, depois de permanecer esquecido por muitos anos em um número de abril de 1926 da revista *A Escola Doméstica* – órgão do Grêmio Litero-Musical Auta de Souza, das alunas da Escola Doméstica de Natal –, cuja importância é se constituir em um primeiro esboço do livro que publicaria anos mais tarde, intitulado *História da Cidade de Natal*, o anônimo autor das breves anotações biográficas sobre Cascudo assim resume sua vida intelectual, antes de enumerar algumas de suas muitas obras: “Folclorista, historiador, crítico literário, biógrafo, romancista, jornalista, antropólogo, poeta, musicólogo, orador, etnógrafo, professor, humanista e poliglota, pertenceu a todos os Institutos Históricos e Geográficos do Brasil”.¹⁴

Foi do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte que partiu a primeira iniciativa significativa de sua monumentalização em vida, quando, em 1964, promove uma semana de estudos sobre sua vida e sua obra cujos trabalhos, anos mais tarde, viriam a ser publicados. Neles, ainda que a pluralidade de suas atividades seja lembrada, é seu perfil de historiador erudito que é destacado junto ao de folclorista: “Enveredou pelos estudos históricos, de que se fez renomado especialista. No folclore, tornou-se mestre abalizado”.¹⁵

Outro indício significativo da importância da História na produção de Cascudo é o fato de ser constantemente referido como historiador. É assim que sua viúva, Dália Freire Cascudo, alude ao marido em carta ao jornalista Antonio Aprígio, de Recife, antepondo o título de historiador ao de folclorista:

Essa semana comovi-me vendo uma professora, um fotógrafo, acompanhando um grupo numeroso de crianças do maternal, a partir de ano e meio de idade, para conhecerem a esposa de Câmara Cascudo. Todos de uniformes escolar, olhinhos curiosos, cabecinhas louras, ambos os sexos, já recebendo informações sobre *o historiador*, folclorista Câmara Cascudo!¹⁶

Muitos anos antes, também Mário de Andrade se dirige ao amigo por carta reconhecendo em sua relação com a história – e com um determinado tipo de história, diga-se de passagem, aquela preocupada, sobretudo, com o tempo cronológico e as datações – um traço marcante de sua identidade:

Cascudinho

A você, historiador, deve ser mais ou menos incompreensível que eu não seja guardador de datas.¹⁷

Sylvio Pizza Pedroza, advogado, ex-prefeito de Natal, ex-governador do Rio Grande do Norte também se refere a Cascudo como historiador. Ao recordar seu primeiro encontro com aquele que viria a ser seu íntimo amigo e com quem percorreria as ruas de Natal na qualidade de caçadores de crepúsculos, em busca do ponto privilegiado do qual se veria o mais belo pôr-do-sol da cidade, assim resume aquele que seria o primeiro de muitos encontros:

Logo depois de chegar a Natal, veio-me às mãos um dos primeiros livros de Cascudo – *Historias que o tempo leva*, escrito em 1934 [sic] aos 23 anos de idade. Dele recordei, até hoje, o conto “As lágrimas do Capitão-Mor”, rolando dos olhos de Pedro Mendes de Gouveia, Comandante do Forte dos Reis Magos, em 8 de dezembro de 1633, ao ver subir ao mastro do forte conquistado a bandeira da Holanda. Quis conhecer *o historiador*.¹⁸

Não são apenas seus pares, comentadores e familiares que identificam o folclorista potiguar como o *historiador* Câmara Cascudo. Ele próprio assim se autodefine em texto publicado em 1956 – ano muito próximo ao da publicação de sua obra maior, o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, como “um homem que envelheceu ensinando história num ginásio de província, que continua enamorado dos livros, emoldurando com eles todos os seus sonhos, que nas viagens dedica parte maior de sua afetuosa curiosidade aos testemunhos imóveis da História”.¹⁹

Sublinhe-se, de momento, a alusão “aos testemunhos imóveis da História”, expressão discursivamente próxima a outra, encontrada em um breve e expressivo trecho autobiográfico escrito doze anos mais tarde.

Com efeito, em 1968, ano de triste memória para muitos brasileiros, Cascudo festejava seus 70 anos de vida e 50 anos de atividade literária, uma vez que aos 20 anos publicou suas primeiras crônicas na coluna Bric-à-brac do jornal *A Imprensa*. Naquele ano, a Fundação José Augusto fez publicar um número especial da revista *Província*, todo ele dedicado a comemorar o duplo aniversário daquele que, já então, era unanimemente conhecido em Natal como Mestre Cascudo. Na revista comemorativa são convidados a escrever os grandes nomes da cultura local e nacional, e, apenas para citar alguns deles, nela encontramos os depoimentos de Carlos Drummond de Andrade, Renato Almeida, Gilberto Freyre, Eneida, Jorge Amado e Afonso Arinos de Melo Franco.

É do próprio Cascudo o texto que abre a revista-homenagem. Nele, o então homem-símbolo dos intelectuais do Rio Grande do Norte, enaltecido como o primeiro entre os folcloristas brasileiros e etnógrafo internacionalmente reconhecido, assim resume sua trajetória intelectual:

Quería saber a *história de todas as coisas* do campo e da cidade. (...) Convivência dos humildes, sábios, analfabetos, sabedores dos segredos do Mar, das Estrelas, dos morros silenciosos. Assombrações. Mistérios. Jamais abandonei o caminho que leva ao encantamento do passado. (...) Tudo tem *uma história* digna de ressurreição e de simpatia.²⁰

A alusão ao “encantamento do passado”, que soma à idéia de amor constante e apaixonado pelo tempo pretérito a conotação de uma suspensão do tempo, que, *encantado* como a Bela Adormecida dos contos que Cascudo tão bem conhecia, poderia permanecer oculto, parado, congelado em sono profundo à espera do beijo redentor de algum príncipe capaz de romper o sortilégio, desvendar o *mistério* e *ressuscitar* a “história de todas as coisas”, porque “tudo tem uma história digna de simpatia”.

Quando jovem e sedutor morador do bairro do Tirol, onde a família tinha uma chácara que abrigava um dos poucos Ford bigode da cidade, Cascudo era conhecido como o prin-

cipe do Tirol.²¹ Maduro, foi o dono dos olhos que sua mulher, sempre apaixonada, viu por toda a vida como “lindos olhos verdes”,²² quem se viu como historiador “de todas as coisas do campo e da cidade”, aquele capaz de romper o “encantamento do passado” e utilizar a “moldura de livros” das bibliotecas e arquivos que freqüentava com assiduidade para dar sentido ao que aprendia pela “convivência” com os letrados dos Institutos Históricos, das Universidades, da Academia Norte-Riograndense de Letras que ajudou a fundar, das inúmeras sociedades douradas que freqüentava, mas também com o povo simples, cantadores, feirantes, jangadeiros e mulheres da Ribeira para, com o toque mágico de seu saber, trazer de volta para a vida os “testemunhos imóveis da História, desencantar o passado”, descobrindo assim, no gesto corriqueiro dos “humildes” ou na escrita erudita “dos sábios”, os “segredos do Mar e das Estrelas”.

O conceito básico a ser retido, de momento, é o de uma História capaz de operar o milagre da ressurreição do passado. Esse é um dos vetores que circunscrevem a noção de História presente na obra de Cascudo.

No depoimento escrito por Gilberto Freyre para a revista-homenagem publicada em 1968, encontramos o segundo vetor capaz de tornar complexo seu perfil de historiador. Nele, há uma intrigante definição do autor norte-riograndense, que o sociólogo pernambucano declara ser “folclorista desdobrado em antropólogo cultural e historiador social”.²³

Não cabe dúvida de que dar a quem quer que seja o atributo de precursor é um erro grosseiro do qual os historiadores atuais estão plenamente conscientes. É sábio o velho provérbio chinês que afirma que um homem se parece mais com seu tempo do que com seu pai e com sua mãe. Atribuir a Câmara Cascudo, conservador convicto e cultor da tradição, um caráter antecipatório em relação à história social tal como praticada hoje seria, além de uma ironia, uma injustiça com o autor. No entanto, sem anacronismos, é relevante indagar sobre conteúdos que podem ser atribuídos à afirmação de Gilberto Freyre sobre Câmara Cascudo e verificar o sentido e o alcance de sua produção historiográfica múltipla no conjunto de seu projeto intelectual.

Ao identificar o vasto território letrado constituído pelas obras de Cascudo, não é difícil constatar que seu particular roteiro de descobrimento do Brasil tem como bússola a etnografia e os estudos folclóricos, mas esse não é o caminho exclusivo de sua navegação intelectual. Ao lado de sua produção etnográfica, por vezes como rota alternativa, por vezes como porto de onde içam as velas para sua viagem intelectual, outras vezes como derivação de suas singraduras de etnógrafo e de folclorista, Cascudo freqüenta com assiduidade, e por toda a vida, os caminhos da História.

Um primeiro movimento necessário, para navegar com ele pela rota da História, é revisitar os escritos explicitamente históricos de sua vasta bibliografia. Num segundo mo-

vimento, mais ousado, é necessário indagar se é apenas em seus textos catalogados sob a rubrica de História em nossas bibliotecas que é possível identificar o significado de sua identidade de historiador. Porque, como já foi dito, Clio é musa capaz de se expressar em distintos idiomas, e talvez seja possível encontrar rastros de sua presença em territórios, em princípio, diversos de um solo rigorosamente demarcado como o seu por fronteiras disciplinares.

As artes da História e a linguagem cifrada da memória

Não é difícil classificar como *livros de História*, no sentido mais tradicional do termo, um bom número dos míticos *mais de 150 livros* dos quais Câmara Cascudo é autor. Com efeito, entre textos sobre a História do Rio Grande do Norte e sobre a cidade de Natal, biografias de vultos célebres e de personagens comuns, trabalhos de História do Brasil no sentido mais amplo e abrangente e livros memorialísticos, é possível contabilizar um número significativo de obras. Não apenas muitos dos livros, artigos e *plaquetes* – denominação corrente em Natal para os folhetos de poucas páginas, inúmeros dos quais foram publicados por Cascudo – eram escritos e lidos como textos de caráter histórico, mas um sem número das crônicas diárias que, por cinquenta anos, publicou sob o título de “Acta Diurna” no jornal natalense *A República* e, eventualmente, em outros jornais de sua cidade e do país inteiro.

Cabe lembrar que, curiosamente, esse advogado foi por muitos anos professor de História no Ateneu Norte Rio Grandense. A tese apresentada para o ingresso no magistério público, em 1932, versava sobre a discussão bizantina a respeito do acaso ou da intencionalidade no descobrimento do Brasil, tema apaixonante para muitos dos historiadores de então.

Com sua entrada no magistério estadual, tomou-se professor efetivo de História da civilização, em 1932, com apresentação de duas teses aprovadas com distinção. Uma “tese sorteada” que trata da “Origem do homem americano – sua evolução política e social – astecas e incas”, e a outra, “tese de livre escolha” que discute “A intencionalidade no descobrimento do Brasil” editadas posteriormente, em livros e artigos. Perderia a cadeira com o “golpe” de Getúlio Vargas, mas voltou à cátedra pelo imperativo constitucional.²⁴

O trabalho sobre a questão da intencionalidade no descobrimento do Brasil, de 30 páginas, foi mais tarde publicado²⁵ e, em três ocasiões, reeditado.²⁶

Nele revelam-se alguns aspectos de sua pena de historiador, entre os quais a paixão pela busca das origens, a erudição, a certeza de que, nos documentos empoeirados guarda-

dos nos arquivos, moram – adormecidos – a verdade histórica, a vocação polêmica, o desejo de construir a pátria pela circunscrição – o mais exata possível – de suas gestas heróicas, e a função do historiador como testemunha.

Essas mesmas características voltarão a aparecer em seus escritos memorialísticos,²⁷ livros em que constrói sua própria identidade e a de sua geração para a posteridade; nos livros sobre a história do Rio Grande do Norte²⁸ e nos estudos que publicou sobre a história da cidade de Natal,²⁹ da qual foi nomeado historiador oficial em 1948 por Sylvio Piza Pedroza, que assim relata a atribuição do título a Cascudo:

Quando Prefeito, fui o único brasileiro a comparecer, em 1948, a um Congresso de História, na cidade de San Juan, capital do Porto Rico. Uma das recomendações finais do encontro foi de que fosse cultivada a memória das cidades capitais do Continente Latino-Americano, e nelas se nomeasse um Historiador Oficial.

Em meu regresso, assinei Decreto que criava o cargo de Historiador da Cidade de Natal e nomeava Luis da Câmara Cascudo para exercê-lo, em função honorífica e gratuita.

Em discurso que fiz, por ocasião da entrega do título, disse que se tornava fácil para mim a execução da recomendação, por quanto a cidade de Natal já tinha o seu grande e incansável historiador, e só nos competia consagrar, de direito, aquilo que já existia de fato, reconhecido e proclamado por todos os natalenses.³⁰

Nas suas incursões sobre a história de sua cidade e de seu Estado, assim como em seus escritos mais raros sobre a história do Brasil,³¹ Cascudo reúne as convenções utilizadas em distintos momentos pela escrita da História.

Como um historiador clássico, ao descrever as guerras com os holandeses, parece fazer ecoar as palavras de Heródoto:³²

Os resultados das investigações de Heródoto de Halicarnasso são apresentados aqui, para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo, e para que feitos maravilhosos e admiráveis dos helenos e dos bárbaros não deixem de ser lembrados, inclusive as razões pelas quais eles guerrearam.³³

São resultados de suas longas investigações o que apresenta em seus livros, e é “para que não se apague a memória dos acontecimentos” que escreve sobre os “feitos maravilhosos e admiráveis” de potiguares e de batavos. E o faz, tal como sugere Hartog em seu estudo sobre Heródoto, “a serviço de um príncipe ou de uma cidade, exercendo o papel de olho e de memória escrita”,³⁴ também ele cumprindo, à semelhança do historiador grego, o papel daquele que fixa a memória – vale dizer, a identidade – na letra; vê e dá testemunho ainda que, à diferença de Heródoto, nem sempre busque distinguir com clareza história e mito e escreva, não a serviço de uma cidade-Estado, mas a serviço de sua cidade, Natal, e

seu Estado; não a serviço de um príncipe – posto que era ele próprio o Príncipe do Tirol –, mas muitas vezes a serviço das autoridades públicas e mesmo de sujeitos privados que lhe encomendavam os livros.

Muitas de suas pegadas no terreno da História parecem se sobrepor às marcas dos passos ancestrais deixados pela história clássica, seja ela a de Heródoto, seja ela a de Cícero, já que também Cascudo pretendia fazer da história que escrevia “mestra de vida”, memória portanto, e memória edificante e edificadora do lugar do Rio Grande do Norte e de seus heróis antigos ou atuais e – como veremos – conhecidos e anônimos, no Olimpo dos grandes homens; e do lugar dele mesmo como exegeta do que pesquisa, registra e interpreta.

E, porque pretende fazer da história *mestra de vida*, escreve ao longo de toda a vida biografias exemplares, uma vez que, como ele mesmo afirma em várias ocasiões, “a morte existe. Os mortos não”,³⁵ enquanto existir quem mantenha vivo o fogo adormecido das experiências vividas nas brasas da memória.

Além de inúmeras crônicas e escritos breves dedicados a biografar personagens célebres e gente do povo, Cascudo escreve livros biográficos, em especial livros dedicados a personagens ligadas à monarquia no Brasil, quer por sua relação com a família imperial, como é o caso do Conde d’Eu;³⁶ quer por pertencerem aos quadros da burocracia de Estado da monarquia, como o Marquês de Olinda, para ele “uma entidade isolada, única, definitiva”,³⁷ discreto e eficiente a ponto de ser muitas vezes esquecido pelos cultores de pirotecnias na fixação da memória do Império; quer ainda por serem figuras de interesse para o conhecimento do século XIX brasileiro, fossem eles intelectuais,³⁸ coronéis empreendedores,³⁹ viajantes,⁴⁰ médicos,⁴¹ jornalistas,⁴² religiosos⁴³ ou mesmo um inimigo fidalgo do Brasil.⁴⁴

Em outra carta ao jornalista Antonio Aprígio, sua viúva, Dália Freire Cascudo, recorda o panteão monárquico que Cascudo mantinha em sua casa da Junqueira Ayres

Citando D. Pedro II o maior e mais sábio monarca, revivi a correspondência da família Imperial com o meu marido, a galeria de fotografias que temos em lugar de destaque, em nossa 1ª sala de entrada com autógrafos especiais de oferecimentos. Centralizando a galeria vemos a princesa Izabel, a Redentora, assinatura com oferecimento do filho. O Conde d’ Eu, seguindo-se a neta Izabel, linda e suave, impressionantemente bela, seu marido, seus numerosos filhos. Uma respeitável figura do D. Pedro, neto da princesa Izabel, datada de 1936. Ele esteve visitando a família Cascudo, em Tirol. (...) Na continuidade dos anos, jamais deixou de ser enviada ao Luis, uma afetuosa mensagem natalina da parte de um membro da família imperial, assim pois, foi com muita simpatia que acolhi sua admiração, afirmando considerar-se um monarquista.⁴⁵

Suas simpatias monárquicas levaram-no a se ocupar de biografias de figuras do Império, entre as quais o livro sobre o Conde d'Eu,⁴⁶ que Mário de Andrade criticou em carta ao amigo e outro, alentado, sobre o Marquês de Olinda.⁴⁷ Para ele, ambos representavam modelos ideais de líderes e de brasileiros. Seu entusiasmo por intelectuais abnegados esteve na origem do livro sobre Stradelli, que viveu e morreu desconhecido na província do Grão-Pará.⁴⁸ A vida de devoção à pesquisa e o desdém pelo brilho que certamente poderia ter na corte fazem desse viajante, para Cascudo, exemplo a ser admirado por todos. E quando escreve a biografia de Jerônimo Rosado,⁴⁹ faz de seu biografado o brasileiro símbolo, exemplo de caráter forjado na rudeza do sertão, fiel às tradições de sua estirpe, mas aberto aos ideais do progresso.

Mas não são apenas biografias de grandes do Império, de cientistas-viajantes,⁵⁰ de literatos,⁵¹ de figuras de proa do cenário político local,⁵² as que escreve. Também algumas mulheres e alguns homens do povo são por ele biografados, como Luiza Freire, a Bibi, para ele a sua “Sherazade humilde e analfabeta”,⁵³ ama da casa de seu pai que permaneceu como empregada da família que Cascudo formou e veio a morrer em sua casa, grande contadora de histórias que ele mais tarde reuniria em livro;⁵⁴ Jesuíno Brilhante, o cangaço que via como “uma espécie matuta de Robin Hood”, defensor dos pobres e das mulheres sozinhas⁵⁵ ou o pescador Josino, de Galinhos, que prefere morrer a sobreviver ao naufrágio de seu barco.⁵⁶ Em qualquer caso, as biografias remetem à exemplaridade ética daqueles cuja vida narra, exceção feita à biografia de Solano Lopez, que funciona como um contra-exemplo.

Por um lado, suas muitas biografias exemplares são demonstrações de que, para ele, a História escrita poderia exercer, como para Cícero, ainda que de outra forma, a função de *mestra de vida*. Por outro, esses textos o aproximam de um tipo bem específico de historiador medieval, o hagiógrafo, que, ao descrever as vidas e virtudes de seus biografados, pretendia edificar seus leitores e incitá-los a seguir o modelo dos santos. Nos dois casos, a história escrita é memória, que pretende ancorar no passado o que busca construir no presente e projetar para o futuro.

No entanto, talvez mais ainda do que suas facetas de historiador clássico ou de cronista hagiógrafo, é como historiador positivista que muitas de suas obras explicitamente históricas o caracterizam.

Com efeito, Cascudo empreende sua escrita da História na esteira da afirmação de Leopold Von Ranke, para quem o historiador deveria desvendar, no embate com os documentos, aquilo *que realmente aconteceu*. Essa é a marca distintiva de sua tese de ingresso no magistério público sobre *A intencionalidade no descobrimento do Brasil*.⁵⁷ Essa é também a característica essencial de seus livros sobre história regional e local. E, sem

dúvida, o desejo de desvendar a verdade última dos fatos está na origem de sua obsessão pela busca das origens, revelada pela procura da localização exata da Casa do Cunhaú,⁵⁸ onde sacerdotes portugueses, colonos e índios fiéis a Portugal foram mortos pelos holandeses e seus aliados indígenas; pela descrição minuciosa da Primeira Igreja do Seridó,⁵⁹ da qual a pregação católica se estenderá pelo solo sertanejo para fazer da fé elemento fundante da identidade do homem do sertão;⁶⁰ pela busca daquele que considerava o mais antigo marco colonial do Brasil,⁶¹ o padrão que assinalava a posse da terra que hoje corresponde ao Rio Grande do Norte para a coroa portuguesa e que – materialmente por ele localizado – é hoje uma das atrações oferecidas aos visitantes do Forte dos Reis Magos, sentinela colonial construída sobre arrecifes no encontro do rio Potengi com o Atlântico.

É sua crença em que a verdade na História é um dado que a persistência, a pesquisa e o documento revelam ao historiador que pode explicar sua reiterada afirmação de que ao historiador não cabe interpretar o que quer que seja, mas, sim – neutro e objetivo –, desvendar para seus leitores, como se fosse possível, o sonho de *ressuscitar todas as coisas* pretéritas, que o próprio Cascudo refere como traço identitário de sua tarefa intelectual.

A importância dessa faceta positivista na produção histórica de Câmara Cascudo é dupla: por um lado, ela confere uma aura científica a seu trabalho e legitima assim sua tarefa de homem-memória da comunidade cuja História escreve, desde aquela mais imediata das instituições em que atua,⁶² da cidade em que nasceu,⁶³ do seu estado do Rio Grande do Norte,⁶⁴ do sertão onde o Brasil se esconde e se mostra, do Brasil como um todo e da inserção do país e da cultura brasileira nas grandes tradições milenares. Por outro lado, instaura a memória coletiva que seus estudos históricos fabricam sobre uma base de suposta verdade positiva, que remete para a idéia de resgate de um passado perdido no tempo e oculta a seleção, a construção, a versão criada que – hoje o sabemos – estão sempre presentes em todo e qualquer trabalho de cunho histórico.

Mais difícil é classificar seus estudos mais interessantes para o historiador de hoje, aqueles que talvez tenham levado Gilberto Freyre a defini-lo como um “folclorista desdobrado em antropólogo cultural e historiador social”. Uma vez que, como sabemos, não cabem antecipações em História, que tipo de historiador brasileiro publicaria, há três décadas, um livro como *História dos nossos gestos*?⁶⁵ Em que linhagem historiográfica inserir livros como *História da alimentação no Brasil*,⁶⁶ um precioso estudo dos hábitos alimentares brasileiros que, se paga tributo à historiografia do momento em que foi escrito ao tomar como pauta o mito das três raças formadoras do povo Brasileiro, a partir daí empreende uma análise que busca, no que comemos, a expressão de nossa historicidade? Que profissional de história se preocuparia, na década de 40, em associar os mitos e credences do povo brasileiro à nossa história cultural?⁶⁷ Como classificar, do ponto de vista da histó-

ria, seus estudos sobre o que, para ele, é o único móvel genuinamente brasileiro, a rede de dormir;⁶⁸ sobre a jangada;⁶⁹ sobre a morte e os costumes fúnebres no Brasil;⁷⁰ sobre os velhos caminhos do Nordeste;⁷¹ sobre o circo nos tempos passados;⁷² sobre antigas brincadeiras infantis;⁷³ sobre congos e congadas;⁷⁴ sobre o mamulengo;⁷⁵ sobre possessões e o catimbó?⁷⁶

Esses textos que se referem ao povo e suas práticas e à história das coisas miúdas, ao anedótico, que em uma de suas crônicas chamou de “micro-história”⁷⁷ são, juntamente com o sempre consultado *Dicionário do Folclore Brasileiro*, os mais interessantes e instigantes para o historiador de hoje, que não cessa de se surpreender com a riqueza das descrições de tradições e festas populares e suas variações no tempo e no espaço; com o registro cuidadoso dos hábitos arraigados no povo e a pesquisa de sua origem e significados. Neles é possível encontrar informações preciosas e rastrear o que muitas vezes não está nos arquivos e nas bibliotecas, como é o caso das referências precisas, colhidas em sua viagem à África, à “Njinga Mbandi, Ngola Jinga, rainha dos Jingas, Dongo-Matamba em Angola”⁷⁸ – africana de estirpe nobre, cuja força era tal que transbordava sobre os seus súditos, muitos dos quais vieram, como escravos, para a colônia portuguesa na América. Cascudo descreve suas impressões sobre a memória viva da grande soberana, morta há trezentos anos, e, ao fazê-lo, volta a insistir na idéia de um passado passível de ressurreição: “Encontro-a viva, citada, contemporânea, de Cabinda a Benguela, de Luanda às terras da Lunda. (...) Lendas, anedotas, invenções consagradoras *ressuscitam* a velha soberana indomável, astuta, obstinada, opondo-se ao irresistível preamar dominador e branco”.⁷⁹

No entanto, é preciso afirmá-lo com clareza, Cascudo não considera esses estudos como textos de História: são, do seu ponto de vista, livros de etnografia e legitimam-se naquilo que o próprio Cascudo chamava de convivência, princípio e fundamento de sua autoridade etnográfica tantas vezes repetida em seus escritos, que afirma serem feitos de forma a privilegiar “não bibliotecas, mas convivência”, e a partir do que foi visto e vivido “na adolescência sertaneja e maturidade urbana”.⁸⁰

O mnemon, o taumaturgo e o pontífice

A História, como, aliás, todas as demais formas de conhecimento, não prescinde da mediação de diferentes linguagens no exercício de seu ofício. E, entre as várias linguagens que utiliza, aquela da arte da memória ocupa um lugar muito especial.

Em seus textos propriamente históricos como em seus textos etnográficos, Luis da Câmara Cascudo exerce com perícia as artes e os ofícios da memória. No exercício de sua

função intelectual, atua como o *mnemon*, o homem-memória dos tempos de outrora, e assume a função de guardião daquilo que deve ser constantemente lembrado por uma determinada sociedade porque instaura o que é comum no solo sagrado da memória, diluindo diferenças individuais e sociais, estreitando laços, conferindo sentido ao que aparece como obra do acaso, consolidando relações no plano simbólico. Transformando, enfim, a *societas* em *comunitas* porque conhece a alquimia da liga misteriosa que solda, firmemente, o que pode vir a ser dispersão e mesmo conflito.

É sólida, como sabemos, a relação entre memória e poder. Tal como assinala Jacques Le Goff, “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.⁸¹

No caso de seus livros e escritos reconhecidos como históricos, esse poder reside, na perspectiva de Cascudo, não apenas no fato de que a História que escreve é uma das artes da memória nas que é destro, mas também porque, por meio dela, é possível quebrar o “encantamento do passado”, fixar o memorável, pois, para ele,

História é o registo [sic] cronológico dos fatos memoráveis... Dos fatos memoráveis apenas. (...) O fato memorável é um saldo das nossas imperfeições sublimadas, dos nossos sonhos positivados no plano superior da materialização. Cada herói é um resumo do seu tempo, do seu mundo, de sua civilização, um índice positivo do esforço orgulhoso da maioria que ele simboliza e eleva *ad immortalitatem* (...)⁸²

A afirmação é altamente sugestiva do que Cascudo via como o poder do historiador, pois a esse caberia distinguir os “fatos memoráveis” dos que não o são, estabelecer a pauta “dos nossos sonhos”, fixá-los na letra para que sustentem o imaginário comum, entronizar os *heróis* nos lares e nos corações, definir a direção para a qual aponta “o esforço orgulhoso da maioria”.

Para isso mergulha nos arquivos, sabedor de que

Todos os atos vão deixando vestígios como pegadas na areia da praia deserta. O ato histórico em si mesmo, no momento de sua eclosão, é o resultado de uma soma de fatores multiplicados e confusos, cachoeira cujas águas vieram rolando e cantando de mil riachos inominados.⁸³

Os que fazem da História arte e ofício, para o autor potiguar, vão em busca da “raiz obscura e negra, no escuro da terra, sustentando a árvore, explicando-a”⁸⁴, pois, por obra dos que escrevem a História, “O destino do Arquivo é preparar os elementos da Posteridade”.⁸⁵

A arte da História – e, em decorrência, o poder do historiador – é, portanto, uma obra de taumaturgo, pois, na sua perspectiva, opera a *ressurreição do passado*, imagem à qual volta a recorrer no texto *A função dos arquivos*, por meio de uma espécie de parábola:

O prof. Hernández Pacheco estava dirigindo escavações numa caverna de La Paloma, no vale de Soto de las Regueras, nas Astúrias. Era uma pesquisa no madaleniense superior, *ressuscitando a vida dos nossos antepassados* paleolíticos. Bruscamente deparou um fragmento de costela de animal, de talhe mediano. Com esse pedaço de osso fizera-se, a cento e vinte séculos, um pequenino silvo, um apito. Limpo o objeto, soprada a extremidade, o som espalhou-se no ar, um som que fora contemporâneo de civilização e raça desaparecida no tempo. Aquele silvo agudo emocionou o sábio Hernández Pacheco, e sacudiu-o no sonho. E o arqueólogo eminente volta, não a descrever a peça, mas a sentir o símbolo poderoso que aquela presença determinava. E pergunta: – “*Usaban los cazadores prehistóricos de Asturias este instrumento o, teniendo en cuenta la insignificancia de la pieza arqueológica encontrada, se trata simplemente de un objeto de capricho? Quién sabe si algún fiero y rudo cazador no entretuvo sus ocios en la caverna, construyendo plácido y amoroso el instrumento músico que llenaría de júbilo al pequeño para quien fuese destinado?*”

Difícil foi ao mestre retomar o ritmo do trabalho. O pequenino silvo *trouxera a presença* do homem troglodita, caçador de bisontes e de touros primitivos, de javalis e cavalos selvagens, dobrando os dedos grossos afeitos à flecha e à azagaia pontada de pedra, teimosa, paciente, amorosamente, furando, polindo, fazendo, numa distância de doze mil anos, um brinquedo para o filho (...).⁸⁶

Já seus escritos etnográficos, e a leitura que deles podemos fazer na perspectiva da História, permitem uma interpretação diversa. Em tempos de relativização das fronteiras disciplinares como os que vivemos, talvez não importe tanto situá-los em algum hipotético nicho classificatório da historiografia, mas saber que neles reside uma preciosa fonte de informação para os trabalhos da chamada nova história cultural. Importa também, nas entrelinhas dessa escrita sempre sedutora, identificar a atitude de fundo de seu autor em relação ao povo e ao popular que recolhe e registra em seus livros.

Sem dúvida, para Câmara Cascudo os “humildes” e os “analfabetos” são “sabedores dos segredos do Mar e das Estrelas”. No entanto, é ele, o mestre Cascudo, que pela dupla via da erudição aurida nas longas horas de *pesquisa erudita* no silêncio das bibliotecas e na *convivência* assídua com os jangadeiros, feirantes, catimbozeiros e rezadeiras, quem pode apresentar-se como fiel intérprete do que o povo sabe, mas não conhece.

No registro, na descrição densa e na incansável busca das origens das festas, dos hábitos, da fala, dos mitos, das festas, das superstições, dos trabalhos e das horas do povo e seus *mistérios*, Luís da Câmara Cascudo, não o historiador, mas o etnógrafo, confirma seu lugar social e seu entendimento de que o intelectual detém um saber que é também um

poder: ele é o *pontifex*, o exegeta capaz de revelar os segredos ocultos numa sabedoria ancestral que o povo conserva e transmite, de geração a geração, porque, convém não esquecer, para ele a *tradição é ciência do povo*.⁸⁷

Interpretar a tradição que o povo guarda e transmite é descobrir nela a *origem* que entretece nossa cultura com as civilizações distantes e milenares ou, para utilizar a expressão cara ao autor, *a atualidade do milênio*.⁸⁸ Essa é a função dos estudos de etnografia e de folclore, que Cascudo entende ser “uma verdadeira História normal do povo”.⁸⁹

Fazer reviver o passado em função do futuro. Para Cascudo, essa era a razão de ser de seus livros e escritos explicitamente históricos e memorialísticos, uma vez que para ele “a posteridade fará sua casa com o material que juntamos no presente”.⁹⁰

E nos escritos etnográficos e folclóricos, assim como nas pesquisas e livros que entendia pertencerem ao campo estrito dos estudos históricos, qualquer que fosse a linguagem utilizada, a verdadeira arte e o ofício do historiador eram sempre, para esse *provinciano incurável*, construir memória.

*Artigo recebido em dez/01 e aprovado para publicação,
pelo Conselho Editorial, em dez/01*

Notas

* Doutora em História, professora do Departamento de História da PUC-Rio e pesquisadora do CNPq. O projeto de pesquisa que está na origem deste artigo está inserido no Projeto Pronex, sediado no Departamento de História da PUC-Rio.

¹ Carta de Luís da Câmara Cascudo a Edison Carneiro, Natal, 27/4/1967.

² Carta de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade, Natal, 12/7/1925.

³ Para uma análise do movimento folclórico brasileiro e do lugar ambíguo nele ocupado por Câmara Cascudo, cf. Vilhena, L. R. *Projeto e missão. O movimento folclórico brasileiro. 1947 – 1961*. Rio de Janeiro, Funarte/FGV, 1997.

⁴ Câmara Cascudo, L. da. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954. Em 2000, a Global Editora publicou a 9ª edição do *Dicionário*.

⁵ Idem. *Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1959.

⁶ Idem. *Geografia dos mitos brasileiros*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947 (Coleção Documentos Brasileiros, 52).

⁷ Idem. *Tradição, ciência do povo: pesquisas na cultura popular do Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1971.

⁸ Darnton, R. “Apresentação”. In: *O grande massacre dos gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp. XIV e XV.

⁹ Ginzburg, C. “Estranhamento. Pré-história de um procedimento literário”. In: *Olhos de madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pp. 22 e 29.

¹⁰ Além da sua lendária correspondência com intelectuais de todas as latitudes geográficas, ideológicas e intelectuais, até agora, em sua esmagadora maioria, desconhecida dos pesquisadores e que ocupa quatro fichários de aço repletos de manuscritos no Memorial Câmara Cascudo em Natal, as dedicatórias dos livros de sua biblioteca, que tivemos ocasião de consultar durante estágios de pesquisa em janeiro e fevereiro de 1999 e em janeiro e fevereiro de 2002, revelam intimidade e admiração de intelectuais locais, nacionais e estrangeiros e de autores situados em universos opostos pelo vértice. Nela encontramos dedicatórias cheias de admiração e amizade de Ferreira Gullar e de Oliveira Salazar, de Carlos Drummond de Andrade e do General Lira Tavares. Em suas estantes é possível encontrar, por exemplo, de 46 livros dedicados por Gustavo Barroso a 11 livros dedicados por Jorge Amado.

¹¹ Cf. Neves, M. de S. “Discovering Brazil’s soul: a reading of Luís da Câmara Cascudo”. In: *Portuguese Literary & Cultural Studies*, n. 4/5. *Brazil 2000. A Revisionary History of Brazilian Literature and Culture*. Dartmouth, University of Massachusetts, 2000, pp. 385-396.

¹² Petrovich, E. L. *Luís da Câmara Cascudo. Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, IHGRGN, 1989.

¹³ Lima, D. da C. *Câmara Cascudo. Um brasileiro feliz*. Rio de Janeiro, Lidador, 1998, p. 213.

¹⁴ Câmara Cascudo, L. da. *Cidade de Natal*. Natal, Sebo Vermelho/ Pousada Itacoatiara, 1998, p. 36.

¹⁵ Lima, N. *Luís da Câmara Cascudo: Sua vida e sua obra*. In: Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Pongetti, 1969, p. 32.

¹⁶ Carta de Dália Freire Cascudo a Antonio Aprígio, Natal, carta manuscrita, 16/8/1996.

¹⁷ “Carta de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo”. São Paulo, 22/5/1933. In: *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo*. Introdução e notas de Veríssimo de Mello. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Villa Rica Editoras Reunidas, 1991, p. 128.

¹⁸ Pedroza, S. P. “A guisa de prefácio”. In: Câmara Cascudo, L. da. *O livro das velhas figuras. Pesquisas e lembranças na História do Rio Grande do Norte*. Natal, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1989, vol. 6, p. 11.

¹⁹ Câmara Cascudo, L. da. A Função dos Arquivos. Separata da *Revista do Arquivo Público*. Recife, Arquivo Público, 1952-1956. Ano 7 a 10, n. 9-12, p. 1.

²⁰ Idem. Um provinciano incurável. *Revista Província*, n. 2. Reedição do número especial sobre Câmara Cascudo, editado em 1969. Natal, UFRN/IHGRN, 1998, p. 5.

²¹ Oliveira, G. *Câmara Cascudo. Um homem chamado Brasil*. Brasília, Brasília Jurídica, 1999, p. 214.

²² Idem, ibidem, p. 213.

²³ Freyre, G. Luís da Câmara Cascudo, antropólogo cultural. *Revista Província* n. 2, op. cit., 1998, p. 45.

²⁴ Gico, V. *Luís da Câmara Cascudo: itinerário de um pensador*. Tese de doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ciências Sociais, 1998, p. 40.

²⁵ Câmara Cascudo, L. da. *A intencionalidade no descobrimento do Brasil*. Natal, Imprensa Oficial, 1933.

²⁶ *A intencionalidade no descobrimento do Brasil* foi reeditado pela primeira vez em Portugal, ainda na década de 30 (Funchal/Ilha da Madeira, Tipografia d’ “O Jornal”, 1937); constitui o primeiro dos ensaios do livro de 211 páginas intitulado *Informação de História e etnografia*. Recife, Tradição, 1944; e, mais de trinta anos depois de escrito, reaparece sem modificações, compondo um livro de 82 páginas intitulado *Dois ensaios de História*. Natal, Imprensa Universitária, 1965.

²⁷ Ainda que seja difícil definir com clareza, entre seus escritos, os de caráter memorialístico, não apenas porque toda obra é, de certa forma, memória de seu autor, mas principalmente porque, no caso de Cascudo, são constantes a evocação pessoal e a alusão a suas recordações em todos os seus escritos. Enumeramos aqui apenas os livros reconhecidos por Câmara Cascudo como livros de memórias pessoais, a saber: *Na ronda do tempo: Diário de 1969*. Natal, Imprensa Universitária, 1971; *Gente viva*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970; *Ontem: imaginações e notas de um professor de província*. Natal, Imprensa Universitária, 1972; *Pequeno manual do doente aprendiz: notas e maginações*. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1969; e, de forma muito particular, *O canto do muro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, uma espécie de fabulário que o autor considera um romance de costumes e sobre o qual afirma que “nenhum outro possui, como este, a totalidade emocional” (p. 266).

²⁸ Ao longo de toda sua vida, Cascudo pesquisou, escreveu e publicou sobre a história do Rio Grande do Norte. Entre seus escritos históricos sobre seu estado de origem é possível destacar um volume escrito aos 22 anos, *Histórias que o tempo leva... da história do Rio Grande do Norte*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1924, livro de 236 páginas prefaciado por Rocha Pombo e comentado por Mário de Andrade – sem muita benevolência, em carta de 26/9/1924, e por Gilberto Freyre, no *Diário de Pernambuco* de 28/8/1924, e reeditado em 1991 pela Fundação Guimaraes Duque, de Mossoró. A esse, seguem-se *Os holandeses no Rio Grande do Norte*. Natal, Departamento de Educação, 1949; *Paróquias no Rio Grande do Norte*. Natal, Departamento de Imprensa, 1955; *Notícia histórica do município de Santana dos Matos*. Natal, Departamento de Imprensa, 1955; sua alentada (524 páginas) *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1955, escrita por encomenda de Sylvio Piza Pedroza, então governador do estado; *Sociologia da Abolição em Mossoró*. Mossoró, s. e., 1956; *Ateneu norte-riograndense: pesquisas e notas para a sua história*. Natal, Departamento de Imprensa, 1961; *História da República do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, Editora Val, 1965; *Nomes da terra: geografia, história e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal, Fundação José Augusto, 1968; *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte: conclusões, pesquisas e documentário*. Natal, Fundação José Augusto, 1972; *Movimento de independência no Rio Grande do Norte*. Natal, Fundação José Augusto, 1973; *Notas e documentos para a História de Mossoró*. Mossoró/ Natal, Fundação Guimaraes Duque/Fundação José Augusto, 1974; *Governo do Rio Grande do Norte*. Mossoró, Esam, 1989; isso sem falar em suas crônicas em parte recolhidas nos seis volumes intitulados *O livro das velhas figuras: pesquisas e lembranças na história do Rio Grande do Norte*. Natal, Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, 1974-89 – 6 volumes.

²⁹ Sobre a história da cidade de Natal, Cascudo publicou, em 1926, o breve estudo intitulado *Cidade de Natal*, já citado neste artigo, e um volume longo e detalhista (480 páginas), intitulado *História da cidade de Natal*. Natal, Prefeitura de Natal, 1947, que a Editora Civilização Brasileira incluiu como o volume 145 da coleção Retratos do Brasil, em 1980. A segunda edição dessa obra, feita pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1998, ano do centenário do nascimento do escritor, esgotou-se rapidamente. Em 1999, o mesmo Instituto Histórico publicou a terceira edição.

³⁰ Pedroza, op. cit., p. 14.

³¹ Entre seus livros que abordam questões mais globalmente relacionadas com a história política do Brasil, bem menos numerosos que aqueles relativos à história de Natal e do Rio Grande do Norte, estão *O símbolo jurídico do Pelourinho*. Natal, s. e., 1950; *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956; e o já citado *Dois ensaios de História*. Natal, Imprensa Universitária, 1965.

³² Sobre esse tópico versa o trabalho de Tatiana Moreira Campos Paiva, bolsista de Iniciação Científica do projeto de pesquisa “O encantamento do passado. Luís da Câmara Cascudo, historiador”, por mim coordenado no Departamento de História da PUC-Rio. Grande parte do que aqui vem observado foi retirado de seu Relatório de Pesquisa, intitulado *Câmara Cascudo: um historiador clássico?*, apresentado nas jornadas de Iniciação Científica da PUC-Rio, em agosto de 2001.

³³ Heródoto. *História*. Introdução e tradução de Mário da Gama Kury. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1988, p. 19.

- ⁷⁴ Hartog, F. *O espelho de Heródoto. Ensaios sobre as representações do outro*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999, p. 38.
- ⁷⁵ Câmara Cascudo, L. da. *Prelúdio e fuga do real*. Natal, Fundação José Augusto, 1974, p. 14.
- ⁷⁶ Idem. *Conde D'Eu*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.
- ⁷⁷ Idem. *O Marquez de Olinda e seu Tempo (1793-1870)*. Prefácio do Conde Afonso Celso. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 32.
- ⁷⁸ Idem. *Vida breve de Auta de Souza, 1876-1901*. Recife, Imprensa Oficial, 1961.
- ⁷⁹ Idem. *Jerônimo Rosado (1861- 1930): uma ação brasileira na província*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1967.
- ⁸⁰ Idem. *O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied no Brasil (1815-1917)*. Rio de Janeiro, Kosmos, 1977. Ilustrado com reproduções de originais da expedição.
- ⁸¹ Idem. *Em memória de Stradelli*. Manaus, Livros Clássicos, 1936.
- ⁸² Idem. *O doutor Barata. Político democrático e jornalista. Bahia, 1762. Natal, 1838*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1938.
- ⁸³ Idem e outros. *O homem de espanto*. Natal, Tipografia Galhardo, 1947. Trata-se de um livro sobre D. Vital, um dos dois bispos envolvidos na chamada questão religiosa do final do Império, e sua publicação permite inferir a relação de Cascudo – ex-maçom que abandona a maçonaria para casar-se com D. Dáhlia – com os círculos católicos ligados ao Centro D. Vital: ainda que a quase totalidade do livro seja do autor potiguar, entre os autores cujos trechos são transcritos no livro estão Alceu Amoroso Lima, Jackson de Figueiredo e D. Jaime de Barros Câmara.
- ⁸⁴ Idem. *López do Paraguai*. Natal, Tipografia d'A República, 1927.
- ⁸⁵ Carta de Dáhlia Freire Cascudo a Antonio Aprígio, Natal, carta manuscrita, 18/5/1995.
- ⁸⁶ Cf. nota 36.
- ⁸⁷ Cf. nota 37. O livro sobre o Marquês de Olinda tem 348 páginas.
- ⁸⁸ Cf. nota 41. A biografia de Stradelli tem 107 páginas.
- ⁸⁹ Cf. nota 39. A biografia de Jerônimo Rosado também é um texto alentado, de 220 páginas.
- ⁹⁰ Além da já citada biografia de Stradelli, Cascudo publicou também um livro sobre o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Câmara Cascudo, L. da. *O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied no Brasil (1815-1917)*. Rio de Janeiro, Cosmos, 1977. Publicou ainda um livro de 254 páginas sobre Henrique Castriciano, médico-cientista potiguar e irmão da poetisa Auta de Souza, *Nosso amigo Castriciano*. Recife, Imprensa Universitária, 1965.
- ⁹¹ Nas “Actas Diurnas”, suas crônicas diárias publicadas na imprensa de Natal, Cascudo biografou artistas e literatos do Rio Grande do Norte e do país. Em *Alma Patrícia*, Natal, Atelier de Tipografia M. Victorino, 1921, seu primeiro livro, publicado aos 20 anos, faz breves relatos biográficos de dezenove literatos potiguares. Escreveu um livro sobre a vida da poeta Auta de Souza, *Vida breve de Auta de Souza, 1876-1901*. Recife, Imprensa Oficial, 1961.
- ⁹² Cf. de Câmara Cascudo, L. da. *Vida de Pedro Velho*. Natal, Departamento de Imprensa, 1956; *História de um Homem: João Severiano da Câmara*. Natal, Departamento de Imprensa, 1954; op. cit., 1938, e os seis volumes intitulados *O livro das velhas figuras: pesquisas e lembranças na história do Rio Grande do Norte*. Natal, Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, 1974-89.
- ⁹³ Câmara Cascudo, L. da. *Trinta estórias brasileiras*. Lisboa, Portucalense Editora, 1955.

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵ Cf. de Câmara Cascudo, L. da. *Jesuino Brillhante*. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1990; e *Flor dos romances trágicos*. Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1966.

⁵⁶ Idem. *Jangadeiros*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1957.

⁵⁷ Cf. nota 25.

⁵⁸ Câmara Cascudo, L. da. *A casa de Cunhaú*. Natal, s. e., s. d. Trata-se de um original inédito de livro, recentemente localizado no Memorial Câmara Cascudo, em Natal.

⁵⁹ Idem. *A mais antiga igreja do Seridó*. Natal, s. e., 1952. Apud *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*, v. 40, n. 28, dezembro, 1998.

⁶⁰ Cf. de Câmara Cascudo, L. da. *Viajando o sertão*. 2 ed., Natal, Fundação José Augusto, 1975.

⁶¹ Idem. *O mais antigo marco colonial do Brasil*. Natal, s. l., 1934.

⁶² Cascudo é autor, por exemplo, de um livro sobre o Ateneu Norte-Riograndense, onde atuou por longos anos como professor de História: *Ateneu Norte-Riograndense: pesquisas e notas para a sua história*. Natal, Departamento de Imprensa, 1961. Coleção Juvenal Lamartine. E, entre suas crônicas, assim como em seus livros de memórias, não faltam alusões e comentários sobre a universidade, a imprensa, a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras ou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

⁶³ Cf. nota 29.

⁶⁴ Cf. nota 28.

⁶⁵ Câmara Cascudo, L. da. *História dos nossos gestos: uma pesquisa mímica do Brasil*. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1976.

⁶⁶ Idem. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

⁶⁷ Idem, op. cit., 1947. Mais tarde, retomaria o tema dos mitos e superstições brasileiros. Na década de 50, escreveu um livro de 260 páginas, cujo título é *Superstições e costumes: pesquisas e notas de etnografia brasileira*. Rio de Janeiro, Antunes Editora, 1958. Na década de 70, retomaria o tema dos mitos brasileiros em escrito mais breve, *Mitos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1976. E, em meados da década de 80, já idoso portanto, publicou um volume de 443 páginas sobre as superstições no Brasil, *Superstições no Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1985.

⁶⁸ Cf. Câmara Cascudo, L. da. *Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1959 e Geografia da rede. *Boletim Geográfico*, v. 19, n. 164. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, setembro/outubro de 1961, pp. 622-627.

⁶⁹ Idem. *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1957; e *Jangadeiros*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1957.

⁷⁰ Cf. Idem. O morto no Brasil. Separata da *Revista de etnografia*, n. 27. Porto, Imprensa Portuguesa/Junta Distrital do Porto, s. d.; *Anúbis e outros ensaios: mitologia e folclore*. Rio de Janeiro, I. N. F./Achiame, 1983; *Voz de Nessus: inicial de um dicionário brasileiro de superstições*. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1966.

⁷¹ Cf. Idem. *Os velhos caminhos do Nordeste*. Natal, s. e., 1954.

⁷² Cf. Idem. *Os velhos entremezes circenses*. Porto, s. e., 1951.

⁷³ Cf. Idem. Alguns jogos infantis no Brasil. *Revista Douro Liberal*, n. VII-VIII, 5ª série, separata. S. l., s. d.

- ⁷⁴ Cf. Idem. Congos, congados, congadas. *Mostra de Cultura Popular Brasileira*. Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio, 3 de setembro de 1980.
- ⁷⁵ Idem. Mamulengo. *Mostra de Cultura Popular Brasileira*. Rio de Janeiro, Serviço Social do Comércio, 3 de setembro de 1980.
- ⁷⁶ Cf. Idem. *Meleagro: depoimento e pesquisa sobre a magia branca no Brasil*. Rio de Janeiro, Agir, 1951.
- ⁷⁷ Idem. O sorriso da história. *A República*. Natal, 4/1/1940.
- ⁷⁸ Idem. *Made in Africa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 25.
- ⁷⁹ Idem, *ibidem*. p. 25.
- ⁸⁰ Idem, op. cit., 1971, p. 10.
- ⁸¹ Le Goff, J. “Memória”. In: *Memória-História*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. Enciclopédia Einaudi, vol. 1, p. 13.
- ⁸² Idem. “A função dos arquivos”, op. cit., 1952-1956, pp. 1 e 2.
- ⁸³ Idem, *ibidem*, p. 3.
- ⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 3.
- ⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 7.
- ⁸⁶ Idem, *ibidem*, pp. 7 e 8.
- ⁸⁷ Idem, op. cit., 1971.
- ⁸⁸ Cf. , por exemplo, Câmara Cascudo, L. da. *Contos tradicionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1986, p. 15.
- ⁸⁹ Idem, *ibidem*, loc. cit.
- ⁹⁰ Idem, “A função dos arquivos”, op. cit., 1952-1956, p. 8.